

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO EM BARRA MANSA - RJ: A CONSTRUÇÃO DE REPRESENTAÇÕES NUM PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO DO PODER LOCAL

*Raquel Barcelos de Araújo**

Resumo:

O artigo analisa a experiência vivenciada por um conjunto de cidadãos que, entre 1997 e 2000, participou de uma proposta de gestão participativa do governo municipal de Barra Mansa-RJ, utilizando uma nova metodologia de gestão pública, o Orçamento Participativo. O estudo, através da utilização de métodos qualitativos, sobretudo de entrevistas semi-estruturadas e análise de documentos, visou: identificar os impactos que esse tipo de experiência pode ter sobre as representações dos atores, no que diz respeito ao seu papel como cidadãos e como sujeitos políticos no processo de constituição de uma nova cultura política; compreender como se percebem dentro do processo de emergência e consolidação de sua cidadania política e quais as modificações ocorridas na vida cotidiana dos participantes envolvidos em processos sociais de caráter democrático. A análise dos dados levantados, com base em um conjunto de categorias, permitiu identificar as representações dominantes no grupo estudado, quanto ao significado, à importância e às consequências e resultados da sua participação na gestão do orçamento municipal, assim como aponta para uma série de mudanças nas representações sociais dos participantes quanto à proposta do orçamento participativo e aos resultados do processo.

Palavras-chave: Representações sociais, Orçamento Participativo, democratização.

* Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação do Departamento de Serviço Social da PUC-RIO.

Abstract:

The paper analyzes the experience of a group of citizens who participated in a proposal for a participatory regime, between 1997 and 2000, in the municipal government of Barra Mansa, located in the state of Rio de Janeiro. This research employs a new methodology for public administration named the Participatory Budget. The study uses qualitative methods, particularly in the form of semi-structured interviews and document analysis. It seeks to identify the impacts that this kind of experience could have on the depiction of political actors, as a reference to their role as citizens and as political individuals in the foundation of a new political culture; to comprehend how they appear in the emergence and consolidation of their political citizenship, and what adjustments occur in the lifestyle of those involved in social, democratically natured procedures. The analysis of the data is based on a number of categories and serves to detect dominant players in the group being analyzed, seeking for the meaning and significance, as well as the results and consequences, of their participation in the city budget management. It also points to a series of modifications in the social representation of participants in the proposed Participatory Budget and in the results of the process.

Keywords:

Social representations, Participating Budget, Democratic Administration.

Introdução

No Brasil, nas últimas três décadas, temos presenciado algumas mudanças, tanto na composição de forças políticas, sociais e econômicas do Estado brasileiro, quanto nas formas como a sociedade civil tem respondido a estes variados ordenamentos governamentais. Sendo assim, percebemos que vários municípios brasileiros vêm realizando experiências de democratização da sua gestão, conhecidas como "Orçamento Participativo" (OP), despertando interesse inclusive de observadores internacionais. Neste artigo analisamos a experiência de um conjunto de cidadãos que, entre 1997 e 2000, participaram da proposta de gestão democrática no Município de Barra Mansa-RJ (BM), uma nova metodologia de gestão pública¹. Buscamos identificar as representações sociais cons-

¹ O artigo se baseia em pesquisa realizada para elaboração da Dissertação de Mestrado, defendida em 2002 na PUC-RIO.

truídas pelos participantes desse processo, sobre o que apreenderam dessa experiência, sobre a sua vivência do processo e seu papel enquanto atores nesse “novo” cenário político. Para tanto, adotamos a perspectiva teórica de MOSCOVICI (1978) - entendemos que os sujeitos são ativos no processo de construção da realidade social, e que as ações e interações que a compõem contribuem para a formulação das representações sociais e vice-versa. Autores, como JODELET (1984) e SÁ (1998) nos ajudaram na compreensão do processo de constituição das representações sociais e JOVCHELOVITCH (2000) deu suporte para analisar a construção de representações na esfera pública. Entendemos então, que as representações sociais conduzem os comportamentos, as atitudes e comunicações, participando da construção e reconstrução da realidade social.

Destarte, fomos desafiados a pensar essas questões e traçamos como objetivo, investigar *se e como* modificações aconteceram, principalmente em nível social; ou seja, perceber que modificações reais ocorreriam na vida de pessoas que se envolviam em processos sociais de caráter democrático.

Analisaremos então, as representações construídas pelos atores sociais que participaram do *OP* Barra Mansa, a partir da proposta que lhes foi lançada por seu respectivo governo Municipal. Examinaremos ainda, como a proposta feita por esse governo, foi incorporada pela população alvo da pesquisa, os significados a ela atribuídos e as mudanças que foram ocorrendo com essa população, ao longo de todo esse processo de formação de um cenário sócio-político que até então não existia.

Assim sendo, no primeiro item apresentaremos os atores estudados na nossa pesquisa, as questões formuladas para chegarmos aos nossos objetivos, as categorias elaboradas a partir dessas questões e as que emergiram das entrevistas, mostrando, então, como foram construídas essas categorias de análise.

No segundo item, explicitaremos quais foram as representações formuladas pelos entrevistados sobre a proposta do *OP*. Analisaremos também, os significados da experiência para esses atores e as representações que perpassam esse universo. Por fim, no terceiro item, vislumbraremos as mudanças que foram percebidas pelos entrevistados, em sua vida e na sua cidade e/ou bairro e as representações dessas *mudanças* e dos “resultados” que elas geraram na vida dessa população, tanto no momento da pesquisa quanto numa perspectiva de futuro.

Apresentando a pesquisa e os atores do OP em Barra Mansa.

A composição da Amostra e seu perfil.

Para constituirmos nossa amostra, usamos como critério que os sujeitos tivessem participando de todas as etapas que compõem o OP, pois entendíamos que para compreendermos as representações, os significados da experiência, e sua incorporação pelos participantes, precisaríamos compor nossa amostra com pessoas que tivessem participado de todo o processo: da formulação à implementação do orçamento.

Assim sendo, definimos a população-alvo da pesquisa da seguinte forma:

1. Foi composta de 13 pessoas que fizeram parte do Conselho Municipal de Orçamento Participativo (COMOP) no ano de 2001, pois entendemos que esses sujeitos compuseram o Conselho num momento de transição, onde participaram da última dotação orçamentária da gestão do governo PT (1997 - 2000) e ainda, teriam como tarefa acompanhar a execução do orçamento 2000 no ano de 2001.
2. Compuseram também a amostra, 4 pessoas que participavam de associações diversas: seja de moradores, seja de trabalhadores rurais, entre outras. Esses atores também preenchiam os pré-requisitos mencionados mas, por não fazerem parte do Conselho, achamos que poderiam nos apontar outras questões, que surgiriam a partir de seu olhar diferenciado, em função do lugar que ocupavam dentro do processo.

Realizamos um total de 17 (dezessete) entrevistas, cujos participantes possuíam o seguinte perfil:

- a) Quanto ao sexo, os entrevistados, na maioria, foram homens:
 - 58,9% eram do sexo masculino;
 - 41,1% eram do sexo feminino.
- b) Quanto à idade, a média variou entre 30 e 50 anos, como vemos na *Tabela 1* (em anexo).
- c) Quanto à escolaridade, a maioria dos participantes possui apenas o 1º grau incompleto, como vemos na *Tabela 2* (também em anexo). Comparando esses dados com a média de idade dos entrevistados (*Tabela 1*) perceberemos o baixo nível de escolaridade dessa população; ao mesmo tempo, os dados apontam

para um fato interessante: o de que a participação popular no *OP* independia do grau de escolarização, proporcionando, assim, a inclusão no processo de uma camada da população que, em outro tipo de proposta meritocrática, não aconteceria.

- d) Um último dado em relação ao perfil dos entrevistados, diz respeito ao seu histórico de participação. Buscamos entender se antes de terem participado do *OP*, os entrevistados participavam da vida política de sua cidade. Vimos então, que na sua maioria, os entrevistados, antes de terem participado do *OP*, já participavam ativamente de movimentos sociais, tais como: associações de moradores de seus respectivos bairros; instituições filantrópicas e/ou religiosas, entre outros movimentos. Assim sendo, 64,7% dos entrevistados já participavam de alguma entidade antes do *OP*.

É importante ressaltar que a escolha dos participantes da pesquisa foi feita também, com base num critério espacial, considerando o local de residência. Optamos por eleger os Conselheiros, ou os outros entrevistados, de acordo com a Região Administrativa, que moravam ou com o Distrito que residiam. Dessa forma, tentamos colher informações de pessoas que, ao opinar sobre um tema, falavam de lugares e posições político-sociais diferentes, o que nos proporcionaria um entendimento maior da realidade pesquisada; tentamos, desse modo, evitar o risco da investigação ser a expressão dessa ou daquela camada social. Ao contrário, ouvimos pessoas que moravam tanto na zona rural da cidade, quanto na zona urbana; na periferia e no centro da cidade.

Apresentando as questões e categorias com as quais trabalhamos

As questões que formulamos tinham por objetivo perceber, a partir do discurso dos entrevistados, que representações construíram sobre a proposta do *OP* e o que essa experiência significou para eles. Utilizamos, para tanto, métodos qualitativos, sobretudo entrevistas semi-estruturadas e análise de documentos.

Elaboramos, um *Roteiro de Entrevista* (ver o anexo nº 1), composto de três blocos: no primeiro, formado por seis questões, foram colocadas perguntas que pudessem nos esclarecer sobre: que razões que levaram as pessoas a participar de uma proposta como essa; que entendimento tinham sobre *OP*; porque consideravam sua participação importante (ou não); como teria sido essa participação.

No segundo bloco, também composto por seis questões, buscamos perceber que entendimento os entrevistados adquiriram sobre a proposta do *OP*; que significado tinha a experiência para cada um deles e, ainda, que conseqüências e mudanças eles consideram que a experiência trouxe (ou não) para suas vidas e para a sua cidade e/ou bairro.

O terceiro bloco, com cinco questões finais (com exceção da última²), objetivava levar os entrevistados a projetarem sua reflexão, não mais para dentro de si mesmos, como nas questões anteriores, mas para fora. Queríamos saber como perceberam o processo que aconteceu à sua volta, mas não a partir do que significou para eles e sim partindo daquilo que viram e entenderam que estava acontecendo com os outros que comungavam da mesma experiência; tentamos, ainda, identificar de que forma esses sujeitos incorporaram a proposta, mais especificamente com a questão nº 15, já que com essa questão demos-lhes a oportunidade de criarem “o seu *OP*”, ou seja, o *OP* que para eles seria o ideal.

Partindo das respostas colhidas em cada pergunta, elaboramos quadros que nos permitiram fazer a discriminação das respostas, facilitando assim a identificação das representações e posteriormente, das categorias presentes em cada entrevista.

Desse modo, considerando as questões formuladas para investigação e as respostas recolhidas com as entrevistas, elegemos as seguintes categorias de análise:

Categoria 1 - *Motivações para participar*

Categoria 2 - *Adesão à experiência*

Categoria 3 - *Compreensão da proposta de OP*

Categoria 4 - *Importância/Significado/Conseqüências da experiência*

Categoria 5 - *Representações dos resultados da experiência*

Categoria 6 - *Continuidade da experiência*

Categoria 7 - *O OP “ideal” (proposições)*

Tais categorias serão exploradas a seguir, com a apresentação e análise dos dados colhidos na pesquisa.

² A última questão tinha por finalidade ajudar a traçar o perfil dos entrevistados; no entanto, não a colocamos no início do questionário, porque algumas pessoas quando indagadas sobre sua idade e escolaridade, se sentem inibidas. Sendo assim, colocamos propositadamente essa questão no final, supondo que nesse momento o entrevistado já estaria mais descontraído.

Representações sobre a proposta de OP e a experiência vivida.

As reflexões que faremos tem como base o conceito de *representação social* elaborado por MOSCOVICI (1978) e apresentado por JODELET (1984). Segundo a referida autora, os sujeitos compreendem e interpretam de forma diferenciada as situações nas quais se encontram e não se comportam de forma semelhante diante de um procedimento, que pode ser idêntico; afirma que a representação está conectada diretamente, com a tarefa a ser realizada.

“O conceito de representação social designa uma forma específica de conhecimento, o saber do senso comum, cujos conteúdos manifestam a operação de processos generativos e funcionais, socialmente marcados. De modo mais amplo, designa uma forma de pensamento social.

As representações sociais são modalidades do pensamento prático orientadas para a comunicação, a compreensão e o domínio do ambiente social, material e ideal. Enquanto tais, elas apresentam características específicas no plano da organização dos conteúdos, das operações mentais e da lógica”. (JODELET, 1984:9-10)

A autora explicita que as representações se mostram sob formas variadas e complexas, através de imagens que tornam denso um conjunto de significações; constituem um sistema de referências, que contribui para interpretarmos o que nos acontece.

É uma “maneira de interpretar e de pensar a nossa realidade cotidiana, uma forma de conhecimento social. (...). O social aí inter-vém de várias maneiras: pelo contexto concreto onde estão situados pessoas e grupos; pela comunicação que estabelece entre eles; pelos quadros de apreensão fornecidos por sua bagagem cultural; pelos códigos, valores e ideologias ligados à posições ou participações sociais específicas”.

A representação social, portanto, é a forma pela qual os sujeitos sociais apreendem os acontecimentos da vida cotidiana; é um conhecimento construído de forma espontânea a partir de nossas experiências, sendo, ainda, um conhecimento socialmente formulado e compartilhado. Através desse conhecimento, chamado por ela de ingênuo, compreendemos e explicamos os fatos e idéias que compõem nosso universo de vida.

“Por um lado a representação social é definida por um conteúdo: informações, imagens, opiniões, atitudes, etc. Este conteúdo se relaciona a um objeto: um trabalho a fazer, um fato econômico, um personagem social, etc. Por outro lado, ela é a representação social de um sujeito (indivíduo, família, grupo, classe) em relação com um outro sujeito. A representação é pois tributária da posição que os sujeitos ocupam na sociedade, na economia, na cultura.” (JODELET, 1984:10).

É importante, também, considerarmos, duas questões que estão na base das teorizações sobre representações sociais: *como o social intervém na elaboração psicológica que constitui a representação social; como esta elaboração psicológica intervém no social.*

A autora cita MOSCOVICI (1978), que foi quem colocou em evidência a existência de dois processos que dão forma às representações sociais e que ajudam a compreender a sua estruturação: a *objetivação* e a *ancoragem*. Esses dois processos, segundo o referido autor, expressam a forma como o *social transforma um conhecimento em representação e a forma pela qual essa representação transforma o social* (p. 20).

Na *objetivação* as noções abstratas são colocadas em imagens, dando *textura material às idéias, fazendo corresponder coisas às palavras, dando corpo a esquemas conceituais. Tem a ver com a lógica e o funcionamento do pensamento social, que parece ter uma tendência a realizar uma construção estilizada, imaginante e significativa* (p. 21).

Analisando a realidade que observamos em BM, identificamos um exemplo de *objetivação*, no fato de os participantes do OP de BM, tomarem um conceito abstrato (OP) e a partir daí, construir uma imagem estilizada, esquematizada: ao perguntarmos inicialmente o que era OP, a maioria dos entrevistados, respondeu que “OP = obras”, algo que tem significação para eles e tem a ver com a sua experiência social, de onde apreendem que, na maioria dos casos, gerir um orçamento público é “fazer obra”, decidir que obras fazer.

Vemos assim, a primeira característica da objetivação: *construção esquemática*; a segunda é a *construção seletiva*, que é subordinada a um valor social - é um saber elaborado para servir às necessidades, interesses e valores dos participantes do grupo, que também está conectado e sob influência do contexto social mais amplo; a terceira característica é a *naturalização*: ao construir um “modelo figurativo”, onde as figuras (ele-

mentos de pensamento tornam-se elementos da realidade) os indivíduos encontram referentes concretos para os conceitos [OP = OBRA, torna concreto o conceito abstrato (OP)].

Nesse processo há um *efeito da comunicação e das restrições ligados ao pertencimento social dos sujeitos, na escolha e no agenciamento dos elementos constitutivos da representação*. (JODELET, 1993).

Entretanto, o conteúdo e a estrutura das representações são também afetados por outro processo, que intervém de duas maneiras na formação das representações, para assegurar a sua incorporação ao social: a *ancoragem*. Esta consiste, segundo a mesma autora, na integração cognitiva do objeto representado num sistema de pensamento preexistente, *na inserção orgânica num pensamento constituído*.

A *ancoragem*, de um lado, enraíza a representação e seu objeto em uma rede de significações, que permite situá-la face aos valores sociais e dar-lhe coerência; a *ancoragem* desempenha um papel decisivo, essencialmente porque numa relação dialética com a objetivação, realiza três funções importantes:-

1. função *cognitiva de integração da novidade*: por um trabalho da memória, o pensamento constituinte da representação se apóia no pensamento já constituído para incluir a novidade nos quadros antigos, no já conhecido (OP, p. ex., se apóia na concepção pré-existente de que gestão pública = fazer obras);
2. função de *interpretação da realidade*: a ancoragem se torna um guia de interpretação do que se passa no ambiente social, "uma teoria" *de referência utilizada para compreender a realidade*;
3. função de *orientação das condutas e das relações sociais*: as representações sociais constituem um guia para as interações do indivíduo com outros, nas situações que ele tem que enfrentar.

Essas funções explicitadas por Jodelet, são importantes para compreendermos a forma como os atores sociais que fizeram parte do OP Barra Mansa absorveram a proposta de OP e como a incorporaram em suas vidas; elas nos ajudam a buscar em seus discursos, ao longo das entrevistas, as representações que formularam a esse respeito, considerando que, em sua representação, o sujeito exprime o sentido que atribui à sua vivência no mundo social, como se pode observar a seguir, nas representações sociais construídas por esses atores a respeito da proposta do OP e da experiência que viveram.

Representações construídas pelos atores sobre a proposta de OP.

Através da categoria “*compreensão da proposta de OP*”, que elaboramos, podemos observar as representações dos entrevistados sobre a proposta do OP.

Primeiramente, lembremos qual foi o cerne da proposta elaborada pelo Governo Municipal de BM: a construção de uma nova metodologia coletiva de gestão pública, capaz de formular uma nova cultura política que superaria os vícios da relação governo-sociedade feita de forma autoritária e/ou clientelista, possibilitando assim a constituição de uma forma de relacionamento com base em princípios democráticos de abertura do poder local à participação popular³.

Uma das questões que nos colocamos para investigação foi: uma vez formulada e divulgada essa proposta, até que ponto os entrevistados a compreenderam e aos seus objetivos?

Consideramos que seja relevante examinar como se distribuíram as respostas relacionadas com a *Compreensão da proposta de OP*, afim se vislumbrarmos as representações dos entrevistados sobre a mesma.

De um total de 40 respostas, temos:

- Respostas com ÊNFASE NA DIMENSÃO POLÍTICA: 29 (72,5%)

Numa Perspectiva Política Ampla 26 (89,7%)

- a) Participação Política 1 (3,9%)
- b) Participação Popular 20 (76,9%), p. ex.: “participar nas decisões, cidadão ter vez e voz”;
- c) Controle Social 5 (19,2%), p. ex.: “mostrar para onde vai o dinheiro; tomar conhecimento da Administração Pública”.

Numa Perspectiva Política Restrita 3 (10,3%), p. ex.: “povo opinando, povo ajudando”.

- Respostas com ÊNFASE NA DIMENSÃO SOCIAL: 5 (12,5%), p. ex.: “povo unido, atendimento de necessidades”.
- Respostas com ÊNFASE NA DIMENSÃO MATERIAL E OU FINANCEIRA IMEDIATA: 5 (12,5%), p. ex.: “obras, recursos p/ obras”.
- Sem resposta 1 (2,5%).

³ Fonte: Manual do OP adotado pelo Município de Barra Mansa - RJ, 1998.

Como se pode observar nessa distribuição, a maioria dos entrevistados, (cerca de 72,5%), colocou ênfase na dimensão política da proposta.

Podemos perceber, através desses dados, que o que caracterizamos como dimensão política ampla da proposta, foi identificada na maioria das entrevistas como sendo o principal enfoque da proposta de OP e, ainda, que, para a maioria dos entrevistados, essa proposta representa: *a participação popular na gestão do orçamento municipal*, o que parece ir de encontro aos objetivos da proposta formulada pelo Governo Municipal.

No entanto, alguns entenderam que a proposta possuía uma dimensão ampla - de participação popular na gestão, como expressou um dos Conselheiros do OP quando perguntado sobre o que ele entendia por OP:

“O OP é uma forma (...), que antigamente, os outros governos faziam tudo dentro do gabinete fechado, então a população não tinha participação e o OP é isso: é a participação de todo mundo - seja de qualquer classe, tudo mundo tá lá participando, brigando.”
(Entrevista nº 8)

Outros, entenderam que a proposta possuía uma dimensão política, no entanto a viam de forma restrita, considerando que a proposta de OP era de criar uma oportunidade, onde o povo expressaria a sua opinião sobre alguns assuntos que eram colocados:

“Eu entendo que a gente fazia propostas, dava opinião sobre o que era pra fazer.” (Entrevista nº 13)

Assim sendo, com base nas reflexões de GRACIA (1988) sobre a estrutura e os mecanismos internos das Representações Sociais, entendemos que para cada um dos sujeitos a realidade é aquilo que o sujeito compreende que ela é. Podemos dizer ainda, que a realidade que vemos ou que percebemos não seja, necessariamente, de fato o real, mas sim, a forma pela qual os sujeitos expressam o que entendem e vêm do “real”.

“Aqui é onde assume toda a sua importância nossa repetida afirmação de que a realidade “tal como é” resulta em parte da forma como a construímos “para nós mesmos”, ou seja, da forma como a vemos. Com efeito, as categorias científicas através das quais vemos o mundo constituem um mundo “real” que tende a corresponder a essas categorias, dando lugar, desta forma, a uma inter-

venção mais eficaz da ciência sobre a realidade.” (GRACIA, 1988:52)⁴

Destarte, consideramos, que a maioria dos entrevistados apreenderam a proposta e construíram as suas representações sociais sobre o OP, tendo como núcleo figurativo a *Participação Popular na Gestão do Orçamento Público*:

“Eu entendi que as coisas não podem ficar fechadas, tem que ser mais esclarecidas. No meu entendimento, a partir do momento que há participação, as coisas se esclarecem mais. Então, eu tenho uma clareza hoje de ‘administração popular’, são poucas palavras mais se tornam muito. Porque, no momento que você dá uma abertura à população, qualquer executivo, ele é manobrado pela população, cobrado pela população; através da participação, você vê que as coisas dão certo, foi isso aí que eu aprendi.” (Entrevista nº 6)

“As propostas do OP são muito boas. Primeiro a participação popular; segundo é por você tá dentro do governo como um todo, o povo tá dentro do governo, ou seja, é a participação mesmo; e outra coisa, eu acho que deveria ter mais esse tipo de coisa que é para o povo participar, porque os governos de hoje são muito fechados e o povo fica fora das decisões. Por isso é válida a proposta do OP, e foi muito boa.” (Entrevista nº 14)

Temos assim, nos discursos desses atores, representações sobre a proposta que lhes foi feita pelo poder Executivo Municipal. JODELET (1984), coloca-nos que vários teóricos constroem noções sobre as representações sociais a partir de variadas óticas e duas delas nos ajudam a compreender as elaborações feitas pelos entrevistados. A primeira, enfatiza *os aspectos significantes da atividade representativa*, onde o sujeito é considerado produtor de sentido, e exprime em sua representação o *sentido que dá à sua experiência no mundo social*.

Afirma, ainda, que quando os sujeitos compartilham uma mesma experiência social, a representação pode ser considerada uma expressão de um dado grupo, de uma dada sociedade. Assim, percebemos que os sujeitos ao tomarem conhecimento da proposta do OP, a apreenderam e deram a ela um significado comum, em sua maioria, tornando-o a expressão de parte de uma coletividade.

⁴ Traduzido do espanhol, no original, pela autora.

Uma outra corrente, segundo a mesma autora, leva em consideração a prática do sujeito. Entende-se que o ator social produz uma representação que reflete *as normas institucionais que derivam de sua posição ou das ideologias ligadas ao lugar que ele ocupa*. Ao analisarmos o campo empírico por nós estudado, vemos que a *participação popular* era um dos pressupostos do Governo Municipal, para que conseguisse implementar a sua proposta de gestão do orçamento. E foi esse requisito que, para a maioria da população-alvo da pesquisa, melhor caracterizou a proposta que lhes foi feita.

Sendo assim, entendemos que os significados atribuídos à proposta de OP pela maioria dos entrevistados, indicam que a metodologia aplicada durante o processo de sua implementação, teve relativa eficácia ao proporcionar a esses sujeitos uma prática social e política, oriunda de uma concepção político-ideológica, que tem pressupostos de democratização do poder; esta deu origem a uma construção representativa do que foi a proposta de gestão participativa do orçamento público - feita a eles pela Prefeitura Municipal de sua cidade, no período de 1997 a 2000 - revelando-se nos significados que atribuem à experiência do OP.

Representações sobre a experiência: seus significados para os participantes.

Um dos desafios que nos foi colocado, ao iniciarmos este estudo, foi o de compreender como os sujeitos sociais se perceberiam, quando inseridos em um processo democrático de gestão de um espaço público, onde lhes fosse conferido o *status* de cidadãos plenos em seus direitos. Desse modo, indagávamos: que representações construiriam? Que significados, que importância, que conseqüências e mudanças essa experiência traria para suas vidas?

Assim, buscamos perceber qual o significado da democratização no nível social e o que ocorre com as pessoas, quando vivem esse momento de transição, cuja necessidade e importância é ressaltada por JELIN (1994).

A partir dessas questões, exporemos aqui as representações dos entrevistados sobre a experiência que viveram com a implementação do OP em Barra Mansa, identificadas através da categoria que explora *“a importância, o significado e as conseqüências da experiência”*.

Através da discriminação que fizemos, baseando-nos nas respostas dadas pelos entrevistados, agrupamos na mesma categoria respostas que

acentuaram a dimensão pessoal e a dimensão política, ao considerarem importante a sua participação no OP e obtivemos os seguintes resultados:

- Quanto à perspectiva Política, cerca de 4,5% dos entrevistados entenderam que a experiência “*significou um marco*” em sua caminhada como cidadão. Perguntamos: *O que esta experiência significou para você?* Uma dentre várias das respostas aqui classificadas, sintetiza o que exprimiu a maioria dos entrevistados:

“Um marco muito grande na minha caminhada. Por que a gente enquanto pessoa, enquanto cidadão tem que participar das decisões do Município e antes não era dado esse direito pra gente, a gente não tinha o direito nem de ir à Câmara de Vereadores assistir uma sessão; nem tinha contato com os administradores da cidade e com isso teve uma proximidade muito grande entre a gente e o Poder Executivo.” (Entrevista 16)

- Quanto à Perspectiva Pessoal, a maioria dos entrevistados (86,4%), reconheceu nessa perspectiva, o principal significado de sua experiência. E, dentro dela, o *crescimento pessoal* foi expresso como o de maior significação.
 - a) *Perspectiva de Crescimento* (84,2%), p. ex.: “*aprendizado, experiência ...*”
 - b) *Perspectiva de Valorização* (10,5%), p. ex.: “*sentir-se importante, útil ...*”
 - c) *Perspectiva de Mudança* (5,3%), p. ex.: “*creci politicamente, mudei de visão ...*”
- Para 9,1%, dos entrevistados, ou a experiência *não significou nada*, ou *não houve resposta específica*.

Em se tratando da *importância* da experiência, a maioria dos entrevistados (cerca de 88,2%), considerou a sua participação no OP importante. Observa-se na distribuição acima, um certo equilíbrio entre as respostas onde foram consideradas, tanto a perspectiva pessoal, quanto a perspectiva política, como o que foi mais importante para eles na experiência.

Como se pode observar nessa distribuição, dentro da *perspectiva pessoal*, a maioria atribuiu ao *crescimento individual* o porque de sua participação ser considerada importante. Percentualmente, cerca de 26,1% das respostas foram nessa direção. Perguntamos: *Você acha que a sua participação no OP foi importante ou não? Porque?* Uma das respostas exemplifica as razões expressas:

“Com certeza! Porque me esclareceu sobre as coisas. Porque antes, **a gente era nulo** nessa parte, **as pessoas só faziam pra gente aquilo que elas queriam**, as coisas eram feitas dentro de quatro paredes, entre Secretários, só pra eles, só o que o Executivo queria. **Hoje na gestão nossa, no OP não!** Tudo que ele vai fazer primeiro ele tem que comunicar a nós que somos conselheiros e à comunidade.” (Entrevista 6)

Neste exemplo, podemos identificar que há uma articulação das duas perspectivas: *pessoal e política*. É interessante percebermos que à perspectiva política, foi dado o mesmo percentual de respostas, mostrando assim que na percepção dos entrevistados **sua participação foi importante**, por dois motivos: **proporcionou tanto um crescimento pessoal quanto político**. De forma semelhante, o crescimento pessoal foi identificado pela maioria dos sujeitos como sendo a principal *conseqüência* dessa experiência em suas vidas.

A análise dos dados recolhidos em nossas entrevistas indica que a participação dos entrevistados na gestão do OP e na implementação de uma proposta de democratização do Poder Executivo de Barra Mansa **significou**, de acordo com a população-alvo da pesquisa, um **crescimento** enquanto **pessoa e cidadão**, como se pode observar neste enunciado:

“Como pessoa e cidadão que sou, o OP mirim e adulto, eles foram muito na minha vida, a começar pela minha família, na minha família, em casa. Porque não existe duas cabeças dentro de uma casa, existe uma cabeça - marido e esposa. E os filhos, eu penso muito no futuro das minhas filhas e netos; e me espelhando no OP eu penso no futuro dos meus netos. O OP pra mim, então, é tudo! Em matéria de obra, eu aprendi muito, aprendi a viver com políticos bons e ruins. Foi muito bom esse OP, foi muito bom!” (Entrevista 3)

Percebe-se que **o crescimento pessoal é o significado maior da experiência do OP nas vidas dos entrevistados**. E, se é que podemos, a partir da nossa pesquisa, responder à indagação que JELIN (1994:45) coloca, arriscaríamos dizer que, de acordo com a realidade observada na experiência de BM, o significado da democratização no nível social seria: o fortalecimento e resgate da auto-estima das pessoas, enquanto sujeitos sociais e cidadãos, fazendo com que elas se reconheçam enquanto tal e se sintam parte do processo. Seria o *resgate* do que ARENDT, citada por JELIN, chamou de *qualidade essencial para a vida humana*, ou seja, **a dignidade humana**.

Refletindo sobre as mudanças: representações dos participantes do OP

GRACIA (1988), chama a atenção para o fato de que as representações sociais têm por função integrar as novidades no pensamento social. E, ainda, que a dialética entre a acomodação das novas informações e a assimilação das mesmas mantém a estabilidade do pensamento social, ao mesmo tempo em que transforma progressivamente as mentalidades. Ressalta ainda, que

“é dessa forma que nos adaptamos às novas realidades, sem que estas nos transportem, permanentemente, para paisagens que nos sejam totalmente estranhas. Nesse sentido, a função das representações sociais é especialmente relevante na transformação dos novos conceitos e dos conhecimentos científicos em saberes do senso comum.” (GRACIA, 1988: 5)⁵

JODELET (1984) analisa como a integração do novo se faz através da ancoragem, um dos processos essenciais na constituição das representações. Sendo assim, perceber quais modificações ocorrem na vida cotidiana de pessoas que se envolvem em processos sociais de caráter democrático e, ainda, entender quais seriam as mudanças que este tipo de experiência participativa poderia gerar sobre as representações dos atores sociais, principalmente, no que concerne ao seu papel enquanto cidadãos, foram questões que foram formuladas em nossa pesquisa.

Sugere COSTA (1997), que é necessário que as investigações penetrem no tecido das relações sociais e da cultura política formulada no nível social, a fim de deslindar os processos de transformação que levam à democratização, revelando, assim, as mudanças aí observadas.

Com base nas observações feitas pelos autores acima mencionados, tentamos identificar, na experiência de *OP* por nós investigada, quais seriam as mudanças ocorridas na vida das pessoas que passaram por um processo que tinha como objetivo a *democratização do poder local*, através da estratégia da participação popular na gestão do orçamento público.

Analisaremos a seguir os dados recolhidos a partir das perguntas inseridas roteiro de entrevistas relacionadas a essa dimensão da análise. As perguntas feitas foram, respectivamente: você mudou em alguma coisa por ter participado do *OP*? Porque? E para sua cidade e/ou bairro você considera que o *OP* trouxe algum benefício? Porque?

⁵ Traduzido do espanhol, no original, pela autora.

Ao explorarmos os dados, optamos por avaliar as questões separadamente, classificando uma como tendo uma dimensão privada e a outra como tendo uma dimensão pública.

Observemos então, como as mudanças são percebidas na dimensão privada. A maioria das pessoas - aproximadamente 88,2% dos entrevistados - considerou que mudou por ter participado do OP. Reconhecem que, depois de participar da experiência de gestão participativa do orçamento, houve mudança na sua atitude. Outros, entenderam que com a proposta cresceram e/ou amadureceram, tanto socialmente como politicamente, e adquiriram maior conhecimento. Para ilustrar:

“Eu cresci muito, bastante. Eu tenho outra visão, você cresce assim: você começa ..., por exemplo, o nosso problema é a água, mas o outro bairro tinha uma vala a céu aberto, em frente daquelas casas, aquelas crianças ... nossa! Então, você passa achar que o seu problema é o mínimo em frente dos outros; então você começa a se humanizar, vê primeiro o problema dos outros ... tem gente pior.” (Entrevista 8).

Nossa investigação aponta para o fato de que, durante os processos de democratização do poder e de efetivação da cidadania, ocorrem mudanças na vida social, que vão para além da institucionalidade da democracia. Percebemos então, que as atitudes dos cidadãos, participantes desses processos, frente ao poder que lhes é conferido, são surpreendentes e algumas muito interessantes. Perguntamos: *Houve alguma consequência dessa sua experiência em sua vida hoje? Qual foi? Vejamos, uma resposta que sintetiza muitas:*

“Antes do OP, as coisas na minha cabeça eram diferentes! Eu achava que as coisas eram muito fáceis, bastava a gente ir fazer um abaixo assinado, depois não eu vi que as coisas não são bem assim, que o dinheiro da Prefeitura é um dinheiro arrecadado de impostos da cidade (...), então a gente sabe que para o Prefeito não é como a gente pensava, que era muito fácil, que eles embolsavam dinheiro e que não se discutia né! E aí a gente pensava que era muito fácil e através disso eu vi que não.”

Perguntamos: e para você pessoalmente houve? Resposta:

“O meu modo de pensar, n'é! Eu raciocinava de outra forma, eu achava que era muito diferente do que eu via nas reuniões. E na maioria das reuniões eu vi que não é do jeito que a gente quer, tudo

tem que ser discutido em grupo, tem que ser decidido assim! Não funciona uma pessoa só pensar, uma pessoa só fazer, isso tem que ser em grupo, isso p'ra mim - p'ra mim pessoalmente - foi muito bom, porque além de uma experiência muito boa política, foi uma experiência de vida também! Eu aprendi que num grupo você recebe muita coisa ... uma pessoa sozinha não resolve nada.” (Entrevista 4)

Ao examinarmos os dados sobre as mudanças identificadas pelos entrevistados como sendo de caráter público, identificamos que quase a maioria percebeu que houve modificações na atitude política da população de BM, pois muitos consideraram que depois de ter participado do OP, as pessoas se tornaram mais solidárias, se mobilizavam mais, participavam de forma mais intensa. Vejamos, no depoimento dado por uma das Conselheiras do OP, a sua percepção sobre as mudanças que ocorreram em sua comunidade. Inicialmente, afirmou: “Antes não tinha mobilização, o OP trouxe uma mobilização maior.”

Perguntamos: e para a cidade? Resposta:

“Para a cidade também, foi o que aconteceu aqui no meu bairro, o pessoal ficou mais solidário. Precisava de um empurrão! ... Eu me senti assim: grande, por poder estar ali passando as coisas para a comunidade; era um resgate e agora acabou n'ê! Todos se sentiam importantes e eu senti que o pessoal daqui começou a pagar o seu IPTU para poder ter dinheiro pra fazer a obra, entendeu! Então isso, é um resgate, é uma coisa pequena; mas aqui é um Distrito muito pequeno ... e eu acho que os governos acham que não tem voto pra eles, por isso que é aqui é muito abandonado.” (Entrevista 8)

Podemos observar, como indica PINTO (1999), que a ação coletiva tende a ser encarada pelos participantes de OP, como sendo um benefício, à medida que é fonte de decisões e de realizações de interesses pessoais. Como vimos, no relato acima, os moradores daquela comunidade entenderam que, ao pagarem seus impostos, realizam uma ação com fins públicos e estão obtendo benefícios para o seu Distrito e para si.

Desse modo, ao tentarmos deslindar as modificações ocorridas no escopo da democratização do orçamento Municipal de Barra Mansa, pudemos perceber que a implementação de processos sociais com intenções democráticas, como no caso do OP, gera uma série de mudanças no nível social, principalmente, no que concerne ao comportamento cívico daquela população e às suas representações da esfera pública.

Conclusão

Consideramos o fenômeno da democratização extremamente complexo, principalmente quando pensado no nível das práticas sociais. Nossa pretensão, ao realizarmos este estudo, foi *tentar enfrentar* dois desafios colocados aos pesquisadores por AVRITZER (1996:136): o desafio de perceber que há um *hiato entre a existência formal de instituições e a incorporação da democracia às práticas cotidianas dos agentes políticos* e o desafio de *se realizar investigações que, de certa forma, mostrem como tem sido a democratização da sociedade*.

Sendo assim, buscamos com a investigação do OP implementado em Barra Mansa, perceber como tinha sido incorporada pela população a proposta feita pelo Governo Municipal (na gestão 1996-2000), que intencionava fazer uma *revolução na máquina administrativa* da cidade, possibilitando assim, *a construção de uma nova cultura política*, que mudasse a relação Governo/ Sociedade, nas práticas cotidianas.

Para tanto, procuramos, através das informações colhidas nas entrevistas, deslindar quais seriam as representações construídas pelos atores a respeito da experiência que viveram; mais especificamente, intentávamos perceber que significados e que mudanças foram gerados a partir de suas experiências como cidadãos ativos na gestão do orçamento de sua cidade.

Expusemos aqui alguns elementos que parecem indicar algumas representações formuladas por esses sujeitos sobre a proposta do OP e sobre a experiência vivida. Retomando-as:

- Quanto à representação sobre a proposta de OP, temos como *núcleo figurativo* da maioria das representações: *a Participação Popular na Gestão do Orçamento Público*. Como explicita JODELET (1984:24), o núcleo figurativo condensa um conjunto de significações relacionadas com um objeto.
- Quanto à representação sobre a experiência, percebemos que o principal significado e conseqüência dessa vivência para os entrevistados foi de um *crescimento*, tanto *pessoal* quanto *como cidadãos*, indicando que ao nível das práticas, a democratização também significa o fortalecimento e resgate da auto-estima das pessoas enquanto sujeitos e cidadãos, como aponta JELIN (1994, 45), fazendo com que elas se reconheçam enquanto tal e se sintam parte do processo.

- Quanto às representações sobre as possíveis mudanças geradas a partir da experiência, os entrevistados consideraram que mudaram de atitude, devido aos conhecimentos e experiências obtidos, tanto como sujeitos sociais, como sujeitos políticos.

Caberia, ainda fazer algumas observações sobre o processo de constituição das representações, acima mencionadas, por parte dos entrevistados.

BEVILLE (1975)⁶, em sua análise sobre os processos que ocorrem durante a entrevista, afirma que, quando o sujeito aceita participar da entrevista e nela se integra efetivamente, pode se iniciar um processo de clarificação do seu próprio pensamento; a situação de entrevista será concebida, então, como um lugar próprio à reflexão: havendo ou não essa antecipação da situação, a entrevista e mesmo o “pós-entrevista”, são momentos de revelação. Revelação do engajamento do entrevistado num processo que ultrapassa largamente todos os efeitos que poderiam ter sido previstos, indicando o poder heurístico da entrevista, não apenas para o pesquisador, mas para o próprio entrevistado. Esta revelação de um processo que o ultrapassa, provoca freqüentemente reavaliações da posição do entrevistado em relação às questões que lhes são colocadas.

Baseando-nos nas colocações desse autor, consideramos haver indícios de que, ao longo das entrevistas que realizamos, parece ter ocorrido esse processo com os entrevistados; à medida que estes eram indagados sobre a sua participação no OP, criava-se um ambiente propício à reflexão e os sujeitos, talvez pela primeira vez, poderiam refletir sobre a experiência que viveram; foram, assim, estimulados a expressar as representações que construíram sobre a proposta do OP e sobre a experiência de participar da gestão do orçamento público de sua cidade e da fiscalização de sua implementação.

Como indicamos anteriormente, formulamos um bloco de questões que permitisse apreender as representações dos entrevistados sobre a proposta do OP e consideramos que as respostas dadas a essas questões indicam que houve mudanças, se confrontarmos as representações expressas no início a ao final das entrevistas. Vejamos, através de um exemplo, como isso ocorreu:

⁶ BEVILLE, H. (1975). *Les Interviewés Parlent*. In. BLANCHET, Alain et alli. *L'Entretien Dans Les Sciences Sociales: L'Écoute, La Parole et Le Sens*. Paris, Dunod, p. 133-134. Tradução Marilena Jamur.

- No início da entrevista, uma das Conselheiras do *OP* fez a seguinte colocação, quando perguntada sobre o que a tinha motivado a participar dessa proposta: *“O que me motivou a participar do OP, foi que falaram que lá eu poderia conseguir a ampliação da escola do meu filho.”*
- Num segundo momento, perguntamos sobre o que ela entendia que seria a proposta do *OP*, respondeu que seria *“... um dinheiro para fazer obras.”*
- Quando lhe foi perguntado, momentos depois, sobre o que aquela experiência havia significado para ela, respondeu: *“Significou muito! Adquiri muito conhecimento político, conheci várias pessoas (conhecimento social), e é muito bom você estar trocando idéias ... e você tem como cobrar o que foi falado, discutido ...”*
- Já ao final da entrevista, perguntamos se a entrevistada participaria de novo de uma experiência como essa, e ela afirmou: *“Sim! Porque minha conquista não foi realizada ainda (falava de sua reivindicação de ampliação da escola). Então acho que não devo desanimar”.*

Este foi apenas um exemplo, dentre os diversos que poderíamos mencionar, para ilustrar nossas suposições sobre como, ao serem estimulados pela situação de entrevista, os participantes da pesquisa foram construindo suas reflexões e expressando suas representações sobre a proposta e sobre o que foi para eles participar de uma proposta de democratização do Executivo Municipal, através do *OP*.

No entanto, temos clareza de que a pesquisa que realizamos é apenas uma primeira aproximação sobre a forma como essa população incorporou um processo de democratização em suas práticas cotidianas. Temos algumas indicações de que houve a apreensão da proposta, à medida que confrontamos os dados obtidos em algumas questões com as respostas à pergunta de número 15 (ver o *Roteiro de Entrevistas no anexo I*), onde demos oportunidade ao entrevistado de criar o “seu próprio *OP*”. Constatamos que a grande maioria dos entrevistados, (cerca 81,25%), reproduziria a proposta de *OP* tal como foi implementada e que, como vimos, tem para eles o caráter de *Participação Popular na Gestão do Orçamento Público*.

Consideramos, por fim, que a experiência de pesquisa sobre a realidade vivida pelos cidadãos de Barra Mansa foi muito enriquecedora, pela complexidade das questões. Compreendemos, no entanto, que é

necessário um maior aprofundamento teórico e técnico, para que conseguíssemos esclarecer melhor vários aspectos observados ao longo do processo de pesquisa, sobretudo aqueles relacionados com a *constituição e as mudanças nas representações sociais*.

Pelo fato de as representações sociais aqui tratadas se constituírem num processo que se situa tanto em nível psico-social, quanto na esfera sócio-política, seria necessário adotar outros procedimentos complementares, para poder identificar as modificações ocorridas também nas atitudes dos sujeitos a partir da experiência do *OP*. Se por um lado as representações dos entrevistados indicam que eles consideram que houve mudanças significativas a partir da sua participação no *OP*, por outro lado seria necessário investigar em que medida essas mudanças transcendem o discurso, ou não se limitam a ele.

O desenho da pesquisa só permitiu que fossem levantados aspectos relacionados ao discurso dos atores e não visou às práticas, pois isso demandaria um tempo maior do que permite o prazo estabelecido para conclusão do mestrado. Portanto para que possamos perceber se a proposta foi incorporada efetivamente ao nível das práticas, precisaríamos ter condições de fazer uma observação participante em diferentes situações, em que os princípios do *OP* pudessem ser testados e confrontados com as representações expressas pelos sujeitos.

Por fim citamos Tocqueville que, segundo PINTO (1999:108), afirma que *somente a ação que os homens exercem uns sobre os outros renova os sentimentos e as idéias, engrandece o coração e promove o entendimento*. Consideramos que a experiência do *OP* vivida pelos entrevistados proporcionou-lhes a oportunidade de experimentar um processo gerador de mudanças, renovações, construções e representações, despertando uma série de motivações reflexivas e empíricas, muitas delas incomensuráveis; conseguimos captar apenas alguns aspectos desse processo e das mudanças que, no entanto consideramos de suma importância, pela possibilidade que abre de formularmos novas questões. Concordamos com JOVCHELOVITCH (2000:193), quando assinala que é *“crucial entender as representações que definem domínios diferentes da vida - o que historicamente pertence ao público e o que historicamente pertence ao privado - e suas inter-relações”*; e, também, quando afirma que *“uma avaliação sobre as possibilidades de transformação dos padrões da nossa vida pública deve levar em conta essas construções simbólicas”*.

Bibliografia

- AVRITZER, Leonardo. Cultura Política, Atores Sociais e Democratização: Uma Crítica às Teorias da transição para a democracia. In: _____. *A moralidade da Democracia*. S. Paulo/Belo Horizonte: Perspectiva/UFMG, 1996.
- CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DE BARRA MANSA. Barra Mansa: história sócio-econômica e cultural. *Revista Barra Mansa*, 1998.
- _____. Jornal "A voz da cidade", 02 de outubro de 1999.
- COSTA, Sérgio. Movimentos Sociais, Democratização e a Construção de Esferas Públicas Locais. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo: CEBRAP nº 35, 1997.
- GRACIA, Tomás Ibáñez. (Coord.). *Ideologías de la vida cotidiana*. Barcelona: Sendai Ediciones, 1988.
- JELIN, Elizabeth. Construir a Cidadania: Uma Visão Desde Baixo. *Lua Nova - Revista de Cultura Política*, São Paulo: CEDEC. nº 33. 1994, p. 39-57, 1994.
- JODELET, Denise. Representação social: fenômenos, conceitos e teoria. Trad. Celso Pereira de Sá. Tradução de Représentation sociale: phénomènes, concept et théorie. In: MOSCOVICI, Serge (Dir). *Psychologie sociale*. Paris: PUF, 1984, p. 357-378.
- JODELET, Denise (Org.). *Representações Sociais: um domínio em expansão*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.
- JOVCHELOVITCH, Sandra. *Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços público no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MOSCOVICI, Serge. *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar. 1978.
- PINTO, J. R. L. O orçamento participativo de Porto Alegre: ensaio de uma racionalidade cívica. In: *Cadernos de Sociologia e Política*, Rio de Janeiro: Fórum dos alunos - IUPERJ. Agosto 1999, v. 4, p. 97-108.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA MANSA. *Cartilha do Orçamento Participativo*. Barra Mansa, 1998.
- _____. *Manual do Orçamento Participativo - cidadania para um novo milênio*. Barra Mansa, 2000.
- SÁ, Celso P. *A construção do objeto de pesquisa em representações sociais*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ. 1998.

Tabela 1

<i>Idade</i>	<i>Total de Respostas</i>	<i>Total percentual</i>
De 10 a 20 anos	2	11,8%
De 21 a 30 anos	1	5,9%
De 31 a 40 anos	4	23,5%
De 41 a 50 anos	7	41,2%
Com + de 50 anos	3	17,6%
Total Geral	17	100%

Tabela 2

<i>Escolaridade</i>	<i>Total de Respostas</i>	<i>Total percentual</i>
1º grau incompleto	7	41,1%
1º grau completo	2	11,8%
2º Grau completo	6	35,3%
3º grau completo	2	11,8%
Total Geral	17	100%

Anexo I

Roteiro de Entrevista

- 1 - Você participou das reuniões do OP? Por quanto tempo? O que o motivou a isto?
- 2 - O que você entende por OP?
- 3 - Quando você iniciou a sua participação do OP? E como foi?
- 4 - Você acha que a sua participação no OP foi importante ou não? Porque?
- 5 - Foi a 1ª vez que você participou de uma experiência que demandasse participação popular?
- 6 - Como foi poder participar de uma proposta de gestão governamental participativa?
- 7 - O que você entendeu sobre a proposta do OP?
- 8 - O que esta experiência significou para você?
- 9 - Houve alguma consequência dessa sua experiência em sua vida hoje? Qual foi?
- 10 - Atualmente como é a sua participação no governo Municipal? Porque?
- 11 - Você mudou em alguma coisa por ter participado do OP? Porque?
- 12 - E para sua cidade e/ou bairro você considera que o OP trouxe algum benefício? Porque?
- 13 - Você participaria de um outro tipo de experiência como esta? Porque?
- 14 - Na sua opinião:
 - a) A população participou de fato do OP?
 - b) A população decidia, realmente sobre as políticas públicas, obras, serviços entre outras coisas? Porque?
 - c) As decisões eram respeitadas e encaminhadas; e havia um retorno ou satisfação por parte dos representantes sobre o que foi decidido no conselho?
- 15 - Foi colocada uma situação hipotética: Se você fosse o Pref.(o) e quisesse implementar o OP, como ele funcionaria? Como seria?
- 16 - Utilizando a ilustração de um folheto de divulgação do OP, perguntar: se o entrevistado(a) acha que a proposta ilustrada na figura aconteceu de fato ou não?
- 17 - Identificação do entrevistado(a): Idade; Escolaridade. Já participou ou não de alguma entidade? Qual?